

ACCOUNTABILITY: ANÁLISE EM PROJETOS DE PESQUISA JUNTO A UMA FUNDAÇÃO SOB A ÓTICA FINANCEIRA E DOS ODS

ALESSANDRA RODRIGUES MACHADO DE ARAUJO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

LUIZ FELIPE FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

Introdução

De acordo com Mauricio, Rodrigues e Nunes (2019) a accountability vai além de uma prestação de contas, em que traz ainda maior transparência e forte relação com a participação da sociedade. Silveira (2007) afirma que as Fundações proporcionam a utilização de conhecimento científico para melhorar a qualidade de vida. Como as Fundações fazem parte do terceiro setor e captam recursos do Estado e/ou de diversas empresas, possuem dentre seus objetivos o de promover o bem-estar social por meio de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania (Nunes, 2006).

Problema de Pesquisa e Objetivo

Diante do que foi colocado, o presente artigo é norteado pela seguinte questão de pesquisa: Como ocorre accountability dos projetos de pesquisa da Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) sob a ótica financeira e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Assim, o objetivo é analisar accountability dos projetos de pesquisa da Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) sob a ótica financeira e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fundamentação Teórica

Tem-se no referencial teórico que compõe a presente pesquisa os temas de Accountability, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Terceiro Setor e Fundações de Apoio. Torres et al. (2011) afirma que devido ao crescimento terceiro setor a accountability tornou-se fator de sustentabilidade, em que as organizações estão inseridas em um ambiente competitivo tanto por recursos financeiros como por não financeiros, em que terão maior probabilidade de captação de recursos aquelas que melhor atenderem às necessidades de informação dos financiadores.

Metodologia

Esse estudo de caso tem como fonte os dados resultantes das ações/projetos incorridas(os) na Universidade Federal de Santa Catarina – especificamente os projetos firmados pela FEESC, que estavam vigentes durante o ano de 2022. De acordo com a Plataforma SIGPEX, apenas os projetos de pesquisa possuem a possibilidade de classificação pelo ODS. Assim, identificou-se uma população de 119 projetos de pesquisa firmados pela FEESC junto à UFSC em andamento em 2022. Destes, 52 representam a amostra da pesquisa, pois possuíam o atendimento a pelo menos um ODS.

Análise dos Resultados

A análise e discussão dos resultados compreende a apresentação da Fundação Stemmer e da discussão dos achados da presente pesquisa com a análise da accountability das informações financeiras e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Rodríguez, Gutiérrez e Albarracín (2020) ressaltam sobre a responsabilidade das instituições do terceiro setor quanto ao aumento de transparência de suas informações. Por conseguinte, se reconhece nesta pesquisa que tais projetos prestam contas das suas informações financeiras, assim como estão vinculados e contribuindo, em diferentes níveis, para os ODS.

Conclusão

Verifica-se que a accountability dos projetos de pesquisa vinculados à FEESC e UFSC em 2022 possui relevantes informações financeiras para acompanhamento da prestação de contas dos valores despendidos nos projetos. Já quanto às informações qualitativas relacionadas aos ODS, necessitam de maior engajamento dos projetos para que ocorra o auxílio para o desenvolvimento sustentável proposto pelas Nações Unidas. Analisando-se a prestação de contas dos valores despendidos pelos projetos, identificou-se que do montante total de R\$ 7.794.578,83 cerca de 28% foi destinado às bolsas de pesquisa.

Referências Bibliográficas

Campello, L. G. B., & da Silveira, V. O. (2016). Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e o Greening das Universidades. *Revista Thesis Juris*, 5(2), 549-572. Campos, A. M. (1990). Accountability: quando podemos traduzi-la para o português?. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 24(2), 30. Cumbe, L. L.; Inácio, H. (2018). The impact of external audit on the accountability of the common fund of the Mozambique National Institute of Statistics. *Managerial Auditing Journal*, 33(6/7), p. 538-557.

Palavras Chave

Accountability, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Terceiro Setor

Agradecimento a órgão de fomento

Agradecimento à Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e a Universidade Federal de Santa Catarina pela contribuição e acesso aos dados da presente pesquisa.

ACCOUNTABILITY: ANÁLISE EM PROJETOS DE PESQUISA JUNTO A UMA FUNDAÇÃO SOB A ÓTICA FINANCEIRA E DOS ODS

Resumo

A *accountability* consiste na relação de prestar esclarecimentos frente as verbas recebidas. Além das informações financeiras, as alinhadas à sustentabilidade, tem ganho destaque, em que os objetivos da Agenda 2030 representam um caminho de convergência ao Desenvolvimento Sustentável. Os projetos de pesquisas presentes nas Universidades, com o apoio de Fundações, possuem um relevante papel na disseminação e integração do ambiente acadêmico com o meio profissional. Assim, a presente pesquisa possui como objetivo analisar *accountability* dos projetos de pesquisa da Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) sob a ótica financeira e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De tal modo, analisou-se 52 projetos de pesquisa, vigentes em 2022, firmados pela Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) junto a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que evidenciaram alinhamento aos ODS. Os 52 projetos de pesquisa compõem um montante de cerca de R\$ 50 milhões de reais, em que foram gastos R\$ 7.794.578,83 em 2022. Destaca-se as bolsas de pesquisa que representam cerca de 28% desse montante. Tais recursos mobilizam e agregam valor à pesquisa para a Universidade, trazendo benefícios às empresas e às instituições vinculadas, assim como para a sociedade em geral. Identificou-se, ainda, um total de 137 ações atendidas referentes aos ODS. No entanto, observa-se que apenas cinco projetos de pesquisa evidenciam estar alinhados com cinco objetivos ou mais da Agenda 2030, necessitando de maior engajamento e discussões nos projetos desenvolvidos.

Palavras-chave: *Accountability*, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, Terceiro Setor, Fundações de Apoio.

1 INTRODUÇÃO

A *accountability* remete-se à habilidade de algo ou alguém ser responsável por outro, por suas decisões ou ações, e, ainda, estar disponível para dar explicações sobre elas quando solicitado (Nascimento & Teodósio, 2015). Segundo Mauricio, Rodrigues e Nunes (2019) a *accountability* vai além de uma prestação de contas, em que traz ainda maior transparência e forte relação com a participação da sociedade. Já os autores Cumbe e Inácio (2018) afirmam que a definição é bastante moldável e muitas vezes de difícil compreensão, com entendimentos que se alteram de acordo com os interesses vigentes e com o contexto em que se insere.

Corroborando-se com estas conceituações, tem-se, ainda, que *accountability* é a necessidade ou responsabilidade, moral ou legal de uma pessoa, instituição ou organização, seja ela pública ou privada, de prestar contas sobre suas ações à grupos interessados ou à sociedade em geral (Peres Neto, 2014). Por conseguinte, tem-se o terceiro setor com um caráter estratégico da maior importância no âmbito de qualquer sociedade que se preocupe com o desenvolvimento social e a consolidação de valores democráticos, pluralistas, comprometidos com a solidariedade humana e o sentido de comunidade (Grazzioli et. al., 2015). Dentre as instituições desse relevante setor, tem-se as Fundações de Apoio que estão dentro das Universidades e apoiam projetos elaborados pela comunidade acadêmica.

Silveira (2007) afirma que as Fundações proporcionam estudos sobre ciências conhecidas e desenvolvidas de forma que sejam ampliados e aprofundados, permitindo que se utilize deste conhecimento científico para melhorar a qualidade de vida. Como as Fundações

fazem parte do terceiro setor e captam recursos do Estado e/ou de diversas empresas, possuem dentre seus objetivos o de promover o bem-estar social por meio de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania (Nunes, 2006).

Uma das formas de melhorar a qualidade de vida da população é criar projetos que, por exemplo, recuperem áreas ambientais afetadas, auxiliam na melhoria da educação ou até mesmo criem um ambiente organizacional mais equitativo. Compreende-se a importância, também, de criar projetos que divulguem informações que melhorem a qualidade de vida da comunidade onde a Universidade está inserida. As Fundações de Apoio foram legitimadas e reguladas pelos Decretos nº 5.202/2004 e nº 7.423/2010 (Brasil, 2004; 2010) e caracterizam-se por apresentarem personalidade jurídica de direito privado, instituída por particulares, com recursos próprios e atendendo às disposições do Código Civil. Assim, todas as instituições de direito privado que de acordo com o artigo 1º da Lei nº. 8.958/1994 (Brasil, 1994), possuam em seu estatuto a finalidade de fomento a projetos de pesquisa, ensino e de extensão, podem ser caracterizadas como fundações de apoio a educação.

Rocha (2012) menciona que a comunidade acadêmica percebeu as Fundações de Apoio como instrumentos eficazes para gerenciamento de recursos humanos e materiais, sem a burocracia habitual do setor público, e também como apoio ao trabalho de docentes e acadêmicos por meio do gerenciamento de projetos. Todavia, o autor argumenta que esse gerenciamento de projetos limita o papel e o objetivo social da fundação de apoio e retira dela a principal característica que é a promoção de objetivos científicos, acadêmicos, sociais, artísticos, culturais ou filantrópicos que estão relacionados à solidariedade humana e ao desejo de interação social.

De tal forma, compreende-se a relevância desses projetos quanto ao alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Assim, os projetos elaborados e executados dentro das IES permitem uma visão crítica e reflexiva sobre o mundo; profissionais aptos para atuarem no mercado de trabalho; desenvolvimento científico e tecnológico com propagação da cultura; divulgação dos conhecimentos produzidos dentro da Universidade; interação com a comunidade seja por meio da prestação de serviço ou da propagação dos conhecimentos e benefícios gerados, em que o alinhamento destes com os ODS tornam-se mais aparentes e necessárias.

A importância da temática na atualidade pode ser atestada pela criação do selo ODS EDU que reconhece ações e projetos alinhados com os ODS e que contribuem para que sejam atingidas as 17 metas da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU). A distinção integra a estratégia de implementação da Agenda 2030 no Brasil, em específico, dos processos de internalização dos objetivos globais e sua territorialização nas diversas localidades brasileiras onde se situam as Universidades. O programa impulsiona a capacidade transformadora das IES brasileiras, estimulando a incorporação dos ODS e outros índices de desenvolvimento em suas ações. Assim, também os projetos firmados pelas IES e no caso desta pesquisa, a Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC), devem perseguir essa referência de certificação e/ou alinhamento aos ODS.

Campello e Silveira (2016) afirmam que os educadores, de maneira geral carregam uma visão para um mundo melhor, na qual negócios, indústrias, Poder Público e cidadãos priorizam práticas de gestão que preveem uma sociedade mais justa, solidária e equitativa, em que o bem-estar do meio ambiente, a sociedade e a economia se equilibram na busca do desenvolvimento e da qualidade de vida para todos. Diante do que foi colocado, o presente artigo é norteado pela seguinte questão de pesquisa: Como ocorre *accountability* dos projetos de pesquisa da Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) sob a ótica financeira e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Assim, o objetivo é analisar *accountability*

dos projetos de pesquisa da Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) sob a ótica financeira e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Quanto aos objetivos específicos, tem-se: caracterização dos projetos de pesquisa da FEESC vigentes em 2022; verificação da prestação de contas dos projetos; e, verificação do atendimento aos ODS.

De tal modo, compreende-se a importância e representatividade dos projetos abarcados por esta Fundação, ao auxiliar e promover o conhecimento acadêmico para as empresas e sociedade. Segundo Machado et al. (2017), as Fundações de Apoio, por fazerem parte das Universidades e ali estarem alocadas, atuam como parceiras para a potencialização dos investimentos em ensino, pesquisa e extensão, em que estas gerenciam e administram recursos significativos, representando uma fonte importante de recursos extraorçamentários para o desenvolvimento de projetos. Assim, a *accountability* dessas relevantes instituições, corroboram com a maior transparência e responsabilização das ações por elas realizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tem-se neste tópico o referencial teórico que compõe a presente pesquisa, discorrendo-se acerca dos temas de *Accountability*, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Terceiro Setor e Fundações de Apoio.

2.1 ACCOUNTABILITY

A *accountability* possui como definição o dever de fornecer uma conta, ou um acerto de contas, para aqueles cuja ação é realizada, sendo entendida como uma prestação de contas que envolve uma promessa de realização e/ou uma moral de responsabilidade legal de fornecer uma conta para as partes interessadas (Grazzioli et al., 2015). Para Margon, Kapoco e Campos (2023) esta definição sugere que a prestação de contas remete-se a duas responsabilidades diferentes, mas relacionadas, o dever de realizar determinada ação e o dever de fornecer uma explicação acerca dessas ações.

De tal modo, compreende-se *accountability* como, também, uma obrigação e responsabilidade de responder por algo (Campos, 1990). De acordo com Margon, Kapoco e Campos (2023) a palavra *accountability* está diretamente relacionada ao quanto uma entidade cumpre o seu dever de demonstrar suas ações, refere-se ao quanto pode-se contar com ela para a divulgação dos dados de forma transparente.

É possível ainda dissertar acerca daquele termo que o mesmo decorre da existência de uma relação representativa, nos quais os sujeitos submetidos ao controle têm de prestar contas sobre suas ações, palavras e votos, perante múltiplos sujeitos responsabilizatórios (Maiolino, 2018). A relação existente entre quem disponibiliza a informação e quem se interessa por ela, auxilia no avanço da *accountability* ao possibilitar uma melhor evidenciação dos recursos aplicados e dos seus consequentes benefícios.

Segundo Perez (2014) no terceiro setor ainda são recentes os estudos sobre o tema. Os autores Margon, Kapoco e Campos (2023) afirmam que a relação de *accountability* configura-se como um processo no qual estão envolvidos os personagens com os quais a organização do terceiro setor interage, interna e externamente, na consecução de suas atividades.

No entanto, Torres et al. (2011) afirma que devido ao crescimento desse setor, a *accountability* tornou-se fator de sustentabilidade, em que as organizações estão inseridas em um ambiente competitivo tanto por recursos financeiros como por não financeiros, em que terão maior probabilidade de captação de recursos aquelas que melhor atenderem às necessidades de informação dos financiadores. Entre as informações não financeiras, destacam-se as de relação

com sustentabilidade, em que estas corroboram ao trazerem relevantes contribuições, além das econômicas, de cunhos sociais e ambientais.

2.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em setembro de 2000, os líderes mundiais reuniram-se na sede das Nações Unidas e adotaram a Declaração do Milênio da ONU que resultou em uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, com um prazo para o seu alcance em 2015. Em 2015, a Cúpula das Nações Unidas reuniu-se novamente para analisar os progressos e atualizar os objetivos, dando origem à Agenda 2030 que trouxe como marco os seus 17 ODS pelos 193 países, inclusive o Brasil, que assinaram o documento. A Figura 1 apresenta os 17 ODS.

Figura 1

Composição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas (2023).

Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar o trabalho e responder a novos desafios.

Os objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A Agenda é composta pelos seguintes temas: (i) Pessoas: Erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; (ii) Prosperidade: Garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza, (iii) Paz: Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, (iv) Parcerias: Implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida e (v) Planeta: Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras.

Os ODS são uma forma de apelo à ação de todos os países - desenvolvidos e em desenvolvimento - em uma parceria global. Eles reconhecem que acabar com a pobreza e outras privações devem andar de mãos dadas com estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico – ao mesmo tempo em que combatem as mudanças climáticas e trabalham para preservar os oceanos e florestas. Kronemberger (2019), reitera que um grande desafio colocado pela Agenda 2030 é a produção de dados de qualidade, confiáveis, periódicos, atualizados, relevantes, abertos, acessíveis e desagregados, de forma a contribuir com a perpetuação dessa parceria global.

Para Campello e Silveira (2016) é inegável e bem observado o crescimento da consciência sobre as transformações das universidades nos debates da comunidade internacional. Porém, segundo os mesmos autores, há um pano de fundo da Declaração da “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (2005-2014) que aborda o *greening* das universidades. O movimento, segundo os autores, chamado Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nas Universidades foi apresentado como processo de aprendizagem para tomar as decisões que consideram o futuro a longo prazo da ecologia, economia e a equidade de todas as comunidades e assim, eles afirmam ser urgente e necessário reconciliar três imperativos no âmbito das universidades, o ecológico (que leva em conta a capacidade de suporte do planeta), o social (que prioriza os sistemas de governança), e o econômico (que proporciona um padrão material adequado de vida).

2.3 TERCEIRO SETOR E AS FUNDAÇÕES DE APOIO

O terceiro setor consiste em instituições que possuem como enfoque seus objetivos sociais, em vez de econômicos, em que são cada vez mais importantes para a sociedade e academia devido à importância de seu papel social (Rodrigues, Tondolo, Lunardi & Brambilla, 2022). Salamon e Anheier (1992) definem as instituições sem fins lucrativos como o grupo de organizações em uma sociedade que compartilham cinco atributos básicos: primeiro, eles são organizados; segundo, são privados; terceiro, são distribuidores sem fins lucrativos; quarto, são autogovernados e quinto, voluntários.

A organização legislativa brasileira conferiu à União, aos Estados e aos Municípios a implantação de universidades públicas, cabendo a esses a responsabilidade pelo financiamento e custeio das atividades acadêmicas e administrativas (Brasil, 1996). No entanto, os recursos provenientes pura e exclusivamente dos governos não atendem todas as necessidades existentes das universidades, sendo insuficientes para execução de uma educação superior pública, democrática e de qualidade (Dias, 2010).

Assim, além do seu orçamento, a universidade recebe a descentralização de recursos de outros entes para a execução de suas atividades finalísticas, através de instrumentos como os termos de descentralização, convênios e/ou contratos, resultado do exercício da política de captação de recursos. Neste contexto estão inseridas as Fundações de Apoio (UFSC, 2023). Essa relação é vista como salutar, pois os indicadores de excelência de uma universidade baseiam-se fundamentalmente no impacto e relevância da pesquisa produzida, na qualidade de ensino e na formação de recursos humanos competitivos para enfrentar os desafios dos problemas nacionais, de inovação e transferência de conhecimento com abordagens multi, inter e transdisciplinares de forma a responder aos anseios da sociedade e promover o desenvolvimento com sustentabilidade (Gianini, 2014).

As Fundações de Apoio tiveram sua origem e desenvolvimento, no Brasil e no mundo, associada a uma intenção de solidariedade e busca da transformação social, pautada no benefício da sociedade em geral. No Brasil, as Fundações de Apoio aparecem como parte de uma nova esfera pública, sem estar diretamente ligadas ao Estado e tampouco vinculadas a ele, se dedicando a atender necessidades sociais. Nesta perspectiva, além de não vislumbrarem lucros, elas possuem características de entidades estatais ao prestarem serviços de natureza iminentemente públicos (Rocha, 2012).

Paes (2004) elenca algumas questões que fazem com que as Fundações de Apoio exerçam o importante papel de flexibilizar e dar agilidade à implantação de seus projetos, como a falta de autonomia das universidades federais. Para ele, esse princípio constitucional, estampado no artigo 207, ainda está longe de ser efetivado, pois os recursos necessários aos projetos de ensino, pesquisa e extensão muitas vezes não dão discricionariedade aos gestores. Outro fator é a predominância de estruturas de gestão rígidas e inadequadas, que dificultam o

seu andamento regular. Portanto, essas parcerias contribuem para a redução de carga burocrática que envolve a administração pública (Paes, 2004).

Um das principais justificativas para a existência das fundações nas universidades, está no fato delas permitirem agilizar o processo de compras, viabilizar parcerias privadas e utilização dos recursos públicos, processos estes dificultados pela Lei nº. 8.666/93 (Ramos, 2015). E, nesta condição, as universidades atuam em conjunto com as Fundações de Apoio para atender as demandas crescentes da sociedade, em que segundo Alves e Azevedo (2007), as Fundações de Apoio abreviam caminhos administrativos, e por isso, podem estimular mudanças na burocracia universitária, internamente, deslocando o poder gerencial no organograma oficial da universidade.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é classificada como descritiva ao buscar representar características de determinado fenômeno. Quanto aos meios, apresenta-se como bibliográfica e documental, cujo enfoque é direcionado para a Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC), com coleta de dados extraídos de sua plataforma, relatórios de gestão e do Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Vergara, 2013; Gil, 2002).

De modo mais detalhado, esse estudo de caso tem como fonte os dados resultantes das ações/projetos incorridas(os) na Universidade Federal de Santa Catarina – especificamente os projetos firmados pela FEESC, que estavam vigentes durante o ano de 2022. Uma planilha contendo dados projetos vigentes foram fornecidos pela FEESC pelo departamento Financeiro por e-mail em 29 de dezembro de 2022. Após, procedeu-se a verificação destes projetos na plataforma virtual denominada SIGPEX, a qual é alimentada pelos professores e responsáveis que desenvolvem ação ou projeto que envolva a UFSC, suas Fundações e/ou seus acadêmicos. A plataforma disponibiliza ainda Relatório contendo dados e características dos projetos.

De acordo com a Plataforma SIGPEX, apenas os projetos de pesquisa possuem a possibilidade de classificação pelo ODS. Assim, identificou-se uma população de 119 projetos de pesquisa firmados pela FEESC junto à UFSC em andamento em 2022. Destes, 52 representam a amostra da pesquisa, pois possuíam o atendimento a pelo menos um ODS.

Por conseguinte, para a abordagem optou-se pela combinação da pesquisa qualitativa e quantitativa, uma vez que juntas enriquecem a análise e possibilitam o confronto das conclusões, contribuindo para a sua confiabilidade ao proferir questionamentos sobre os resultados obtidos (Goldenberg, 2004). Para a análise quantitativa dos projetos serão identificados os dados financeiros dos projetos e a distribuição dos recursos. Já quanto aos dados qualitativos foram verificadas as características qualitativas dos projetos. A Tabela 1 evidencia as categorias e as subcategorias de análise e as suas respectivas fontes de dados.

Tabela 1

Categorias e subcategorias de análise e as respectivas fontes de dados

Categoria	Subcategoria	Fonte
Caracterização dos Projetos	Departamento da Universidade	SIGPEX
	Entidades externas envolvidas	SIGPEX
	Área de pesquisa	SIGPEX
	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	SIGPEX
Prestação de Contas	Valor Total do projeto	FEESC
	Recursos utilizados em 2022	FEESC
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Identificação dos objetivos atendidos	SIGPEX

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Durante a fase de exploração dos materiais, os relatórios do SIGPEX e as informações contidas no site da FEESC foram lidos e os dados coletados. Em resumo, tais informações foram segregados em planilhas Excel conforme as categorias elencadas na Tabela 1 para posterior análise e discussão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico compreende a apresentação da Fundação Stemmer e da discussão dos achados da presente pesquisa com a análise da *accountability* das informações financeiras e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO STEMMER PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC), é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida pelo disposto no Código Civil Brasileiro e na Lei nº 8.958/94, em que foi instituída pela Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), em 18 de maio de 1966. A FEESC é credenciada por ato conjunto dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia e Inovação como fundação de apoio à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), incluindo-se dentre as suas atividades, o gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. Sua relação institucional com a UFSC está regulamentada pela Lei nº 8.958/94, instituição com a qual atua desde a sua criação, em 1966 (FEESC, 2022).

Desde novembro de 2012, também está autorizada a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). A partir de maio de 2017, passou a atuar como fundação de apoio da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Em março de 2020, a FEESC foi autorizada a atuar como fundação de apoio da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E, além disso, em agosto de 2021 a FEESC foi autorizada a atuar como fundação de apoio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.

Na condição de fundação de apoio, a FEESC celebra contratos e convênios com outras entidades, em que apresenta como foco o desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, de forma a viabilizar parcerias relevantes para a sociedade e ambiente universitário, promovendo o desenvolvimento mútuo e inovação. Portanto, esta entidade do terceiro setor trabalha para aproximar o conhecimento científico e tecnológico nas várias esferas da sociedade (FEESC, 2023).

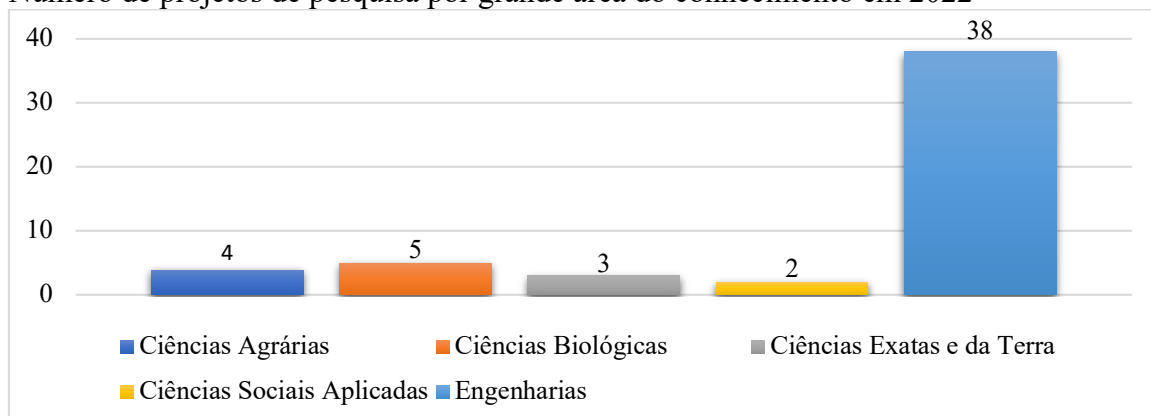
4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA *ACCOUNTABILITY* DOS PROJETOS DE PESQUISA

4.2.1 Características e informações financeiras

Inicialmente, para melhor compreensão das análises propostas, tem-se abaixo um breve perfil dos projetos de pesquisa. Estas características identificadas foram coletadas do relatório dos projetos publicados no site SIGPEX em que teve-se acesso. A Figura 2 elenca o número de projetos de pesquisa em cada grande área do conhecimento.

Figura 2

Número de projetos de pesquisa por grande área do conhecimento em 2022



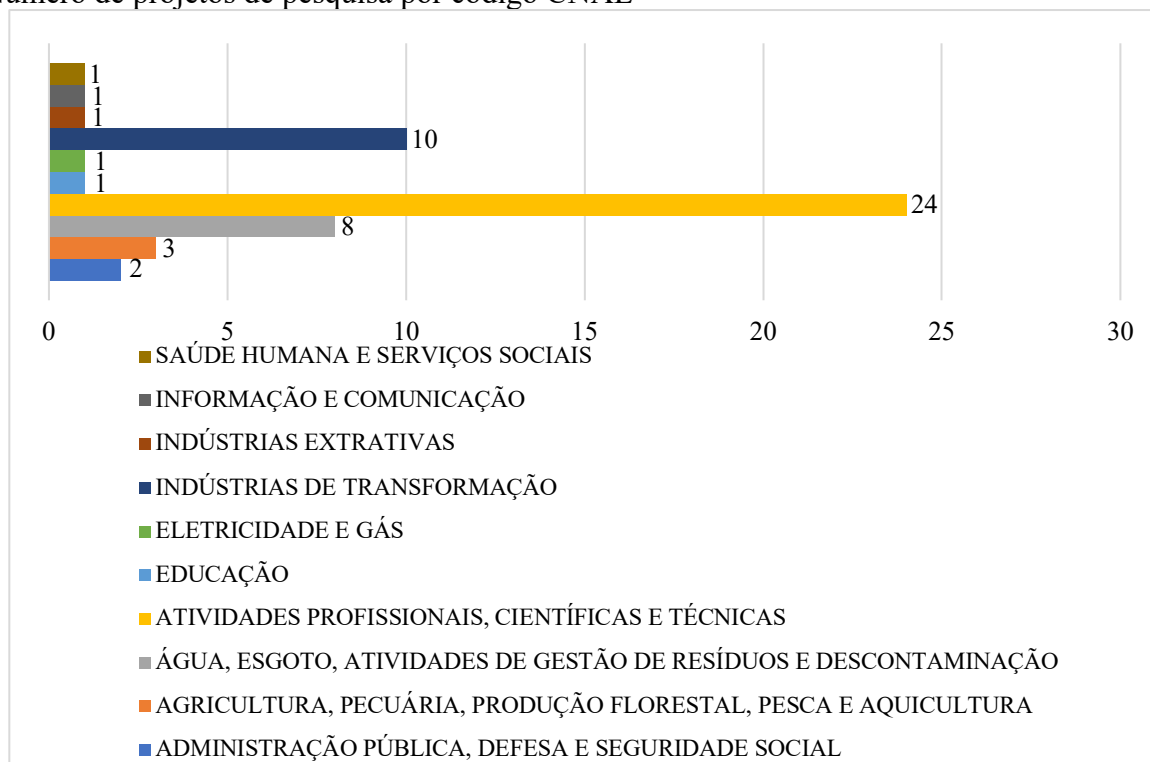
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Assim, observando-se a Figura 2, tem-se a maioria expressiva da grande área de conhecimento das Engenharias prevalecendo entre as demais nos projetos de pesquisa analisados vigentes em 2022. Reitera-se que a FEESC tem no seu histórico uma maior parcela dos departamentos de engenharia vinculados aos seus projetos.

Os projetos de pesquisa identificam, ainda, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Esta é definição utilizada nacionalmente e visa categorizar empresas públicas e privadas, inclusive profissionais autônomos e organizações sem fins lucrativos com o objetivo de melhorar a gestão tributária e controlar de maneira mais apropriada possíveis ações fraudulentas. No entanto, a classificação pelo CNAE nesses projetos é feita pelos coordenadores do projeto a fim de representar a atividade econômica envolvida no estudo (Figura 3).

Figura 3

Número de projetos de pesquisa por código CNAE



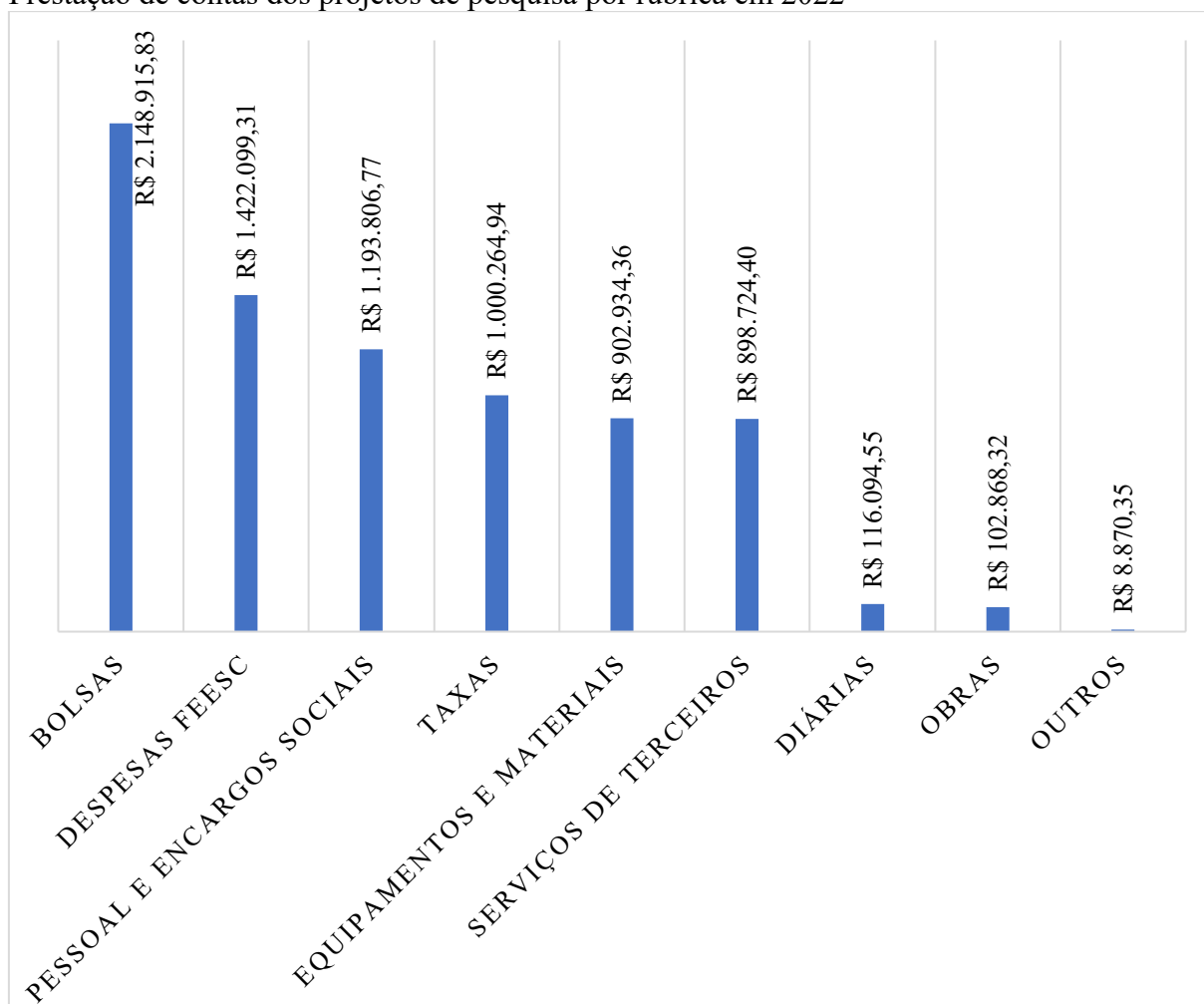
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com a Figura 3, tem-se que 10 CNAEs foram identificados nos projetos, reitera-se que dois projetos não identificaram um CNAE. O CNAE referente à Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas representa cerca de 48%, em que compreende-se esse achado devido ao tipo dos projetos como de pesquisa. Em seguida, o CNAE – Indústrias de Transformação representando 20% dos projetos. Tal fato, decorre de que nove dos dez projetos são da grande área do conhecimento da Engenharia. O CNAE de Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação está contido em 16% dos projetos de pesquisa analisados. Os demais CNAEs possuem menor participação entre os projetos.

Os 52 projetos de pesquisa compõem um montante de cerca de R\$ 50 milhões de reais. Tais recursos mobilizam e agregam valor à pesquisa na Universidade, trazendo benefícios às empresas e instituições vinculadas, como BRF, Embraco, Engie, Petrobras, entre outros, assim como para a sociedade em geral. No ano de análise, em 2022, foram identificados R\$ 7.794.578,83 gastos pelos projetos. A Figura 4 evidencia a prestação de contas desses projetos, em que foram segregados por rubricas referentes ao ano de 2022. Reitera-se que tais dados foram retirados do site da FEESC.

Figura 4

Prestação de contas dos projetos de pesquisa por rubrica em 2022



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com base na Figura 4, observa-se que o maior montante dos recursos utilizados dos projetos são para as bolsas de pesquisa. Estas representam cerca de 28%, em que as bolsas são

destinadas aos alunos, professores e servidores da UFSC. Assim, em 2022, foram destinados R\$ 1.291.088,63 aos alunos bolsistas. Já os professores e servidores, receberam R\$ 761.720,00 dos projetos de pesquisa vinculados à FEESC. Tem-se ainda a rubrica bolsas de pesquisa no valor de R\$ 96.107,20 que não possibilita identificar o receptor desse montante.

Após, evidencia-se como o segundo valor mais consumido pelos projetos de pesquisa, representando cerca de 18%, o ressarcimento das despesas operacionais e administrativas da FEESC que são diretamente atribuíveis aos seus respectivos projetos. De acordo com Resolução Normativa 47/2014/CUn da UFSC os projetos de pesquisa deverão destinar montantes para os ressarcimentos relativos ao uso dos recursos não financeiros (recursos humanos e materiais tais como: laboratórios, salas de aula, materiais de apoio e de escritório; nome e imagem da instituição; redes de tecnologia de informação; documentação acadêmica e demais itens de patrimônio tangível ou intangível) utilizados em seus projetos (convênios/contratos/acordos e similares).

Em seguida, tem-se os gastos com pessoal e encargos pessoais, com cerca de 15% do total gasto pelos projetos em 2022. Após, observam-se as taxas com cerca de 13%. Enquanto os valores despendidos com equipamentos e materiais permanentes (R\$ 145.415,00) e de consumo (R\$ 757.519,36) e de serviços de terceiros representam cerca de 12% cada. Por fim, tem-se as despesas com diárias e obras com apenas 1% cada, além da rubrica outros com o menor valor despendido, de apenas R\$8.870,35.

De acordo com Jepson (2005) as entidades sem fins lucrativos, como a FEESC, devem desenvolver formas de melhorar a transparência das suas informações financeiras devido à sua importância e responsabilidade perante a sociedade, propondo uma abordagem que seja baseada em legitimidade.

Rodríguez, Gutiérrez e Albarracín (2020) ressaltam sobre a responsabilidade das instituições do terceiro setor quanto ao aumento de transparência de suas informações. Igualmente, os autores afirmam ainda que os ODS atribuem grande valor para a transparência e responsabilização das instituições. Por conseguinte, se reconhece nesta pesquisa que tais projetos estão vinculados e contribuindo, em diferentes níveis, para os ODS.

4.2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

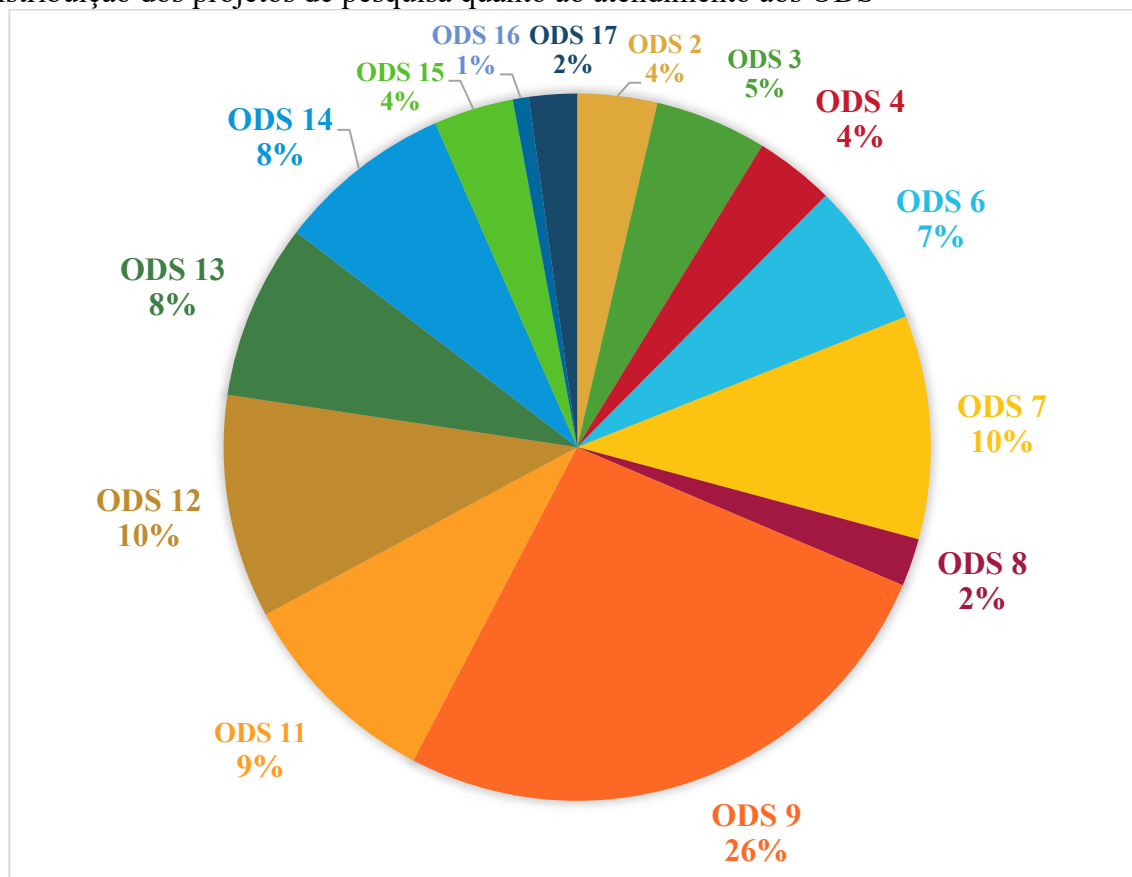
No período de análise, referente a 2022, tem-se a FEESC com um total de 119 projetos de pesquisa em andamento junto à UFSC. Destes, 67 informam que os ODS não se aplicam ao escopo do projeto em desenvolvimento. De tal modo, obteve-se 52 projetos de pesquisa com pelo menos um ODS atendido, representando cerca de 44% com alinhamento aos objetivos sustentáveis conforme verificação dos coordenadores dos estudos.

As evidências de conformidade aos ODS pelos projetos representam informações relevantes aos usuários da informação. Inclusive, faz-se necessário destacar o ODS 16, que possui como meta “16.6: Desenvolver instituições responsáveis e transparentes em todos os níveis”.

De tal modo, realizando-se um panorama geral dos 52 projetos de pesquisa vigentes em 2022, identificou-se um total de 137 ações atendidas referentes aos ODS. A frequência das ações (distribuição por atendimento ao ODS) incorridas em relação aos 17 ODS estão apresentadas na Figura 5.

Figura 5

Distribuição dos projetos de pesquisa quanto ao atendimento aos ODS



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Assim, detectou-se um total de 137 objetivos atendidos pelos 52 projetos de atividade de pesquisa, ativos em 2022, que reportaram alinhamento com os ODS. O maior atendimento foi ao ODS 9, referente a Indústria, Inovação e Infraestrutura, por 36 projetos. Com base nas características dos projetos analisadas, compreende-se esse achado devido a maioria dos projetos estarem enquadrados na grande área do conhecimento das Engenharias.

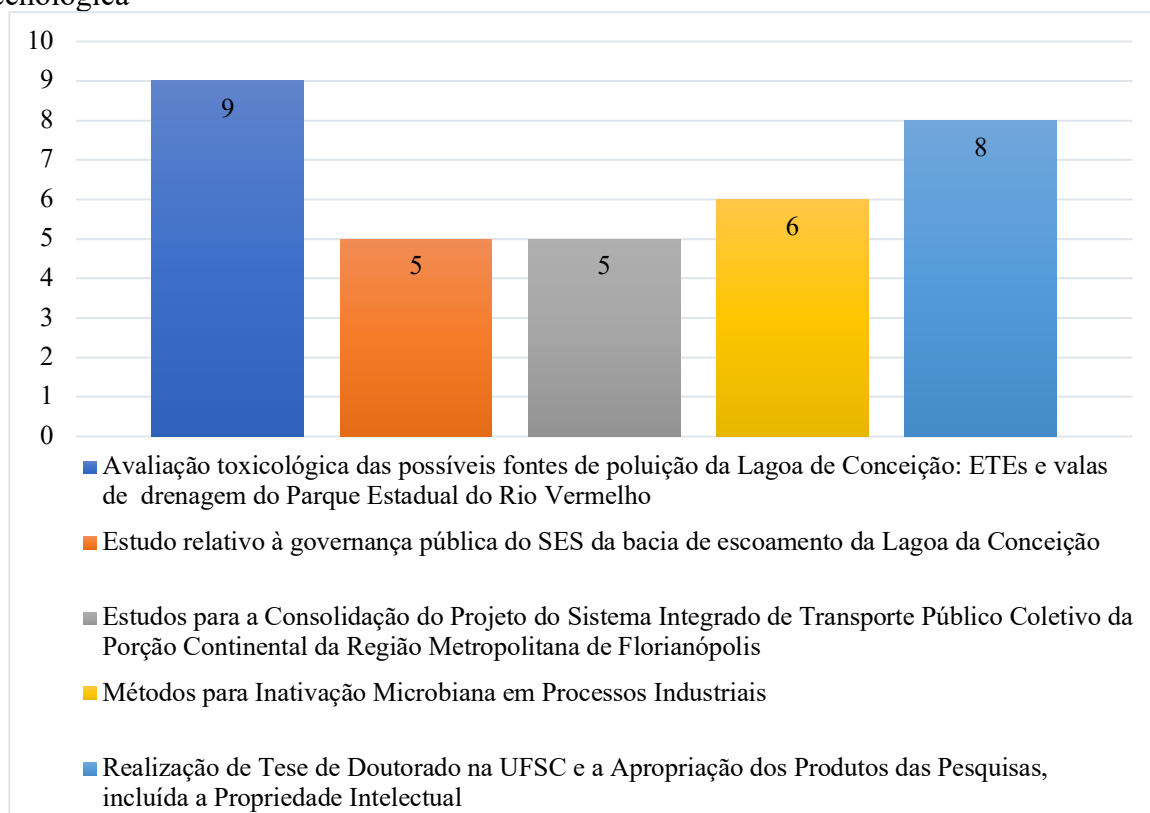
Em segundo, tem-se o ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) com 14 projetos atendidos cada. Já em terceiro tem-se o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) com 13 projetos. Em seguida, o ODS 13 (Ação Contra Mudança Global do Clima) e o ODS 14 (Vida na Água) com 11 projetos atendidos cada. Os demais ODS possuem menos de 10 projetos com alinhamentos ao seu escopo.

Reitera-se que ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 10 (Redução das Desigualdades) não obtiveram atendimento pelos 52 projetos de pesquisa analisados. De acordo com dados do *Sustainable Development Report (2022)*, o ODS 1 apresenta uma média brasileira satisfatória de atendimento, enquanto o ODS 5 necessita de maior atenção, mesmo que apresentando uma tendência de aumento dos indicadores propostos. Já o ODS 10 é o que apresenta pior atendimento na média brasileira, indo ao encontro dos achados da presente pesquisa, em que apresenta ainda uma tendência de redução.

Observando-se os dados, tem-se destaque para cinco projetos de pesquisa que apresentam o alinhamento a cinco ODS ou mais em seu andamento. Os demais projetos, mesmo atendendo aos ODS, evidenciam menos do que cinco objetivos atendidos pelo seu escopo de pesquisa desenvolvido. A Figura 6 demonstra os projetos que obtiveram mais aderência aos ODS (com o número de ODS atendido pelos cinco projetos de pesquisa selecionados) conforme sua categoria tecnológica evidenciada no sistema SIGPEX.

Figura 6

Projetos de pesquisa com maior destaque quanto à aderência aos ODS conforme sua categoria tecnológica



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com base na Figura 6, observa-se que apenas cinco projetos de pesquisa evidenciam estar alinhados com cinco objetivos ou mais da Agenda 2030. O projeto intitulado “Avaliação toxicológica das possíveis fontes de poluição da Lagoa de Conceição: ETEs e valas de drenagem do Parque Estadual do Rio Vermelho” possui vigência de 12 meses, sendo da área da Engenharia Sanitária, e um orçamento de R\$ 114.750,00, financiado pela empresa de capital misto, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Já o “Realização de Tese de Doutorado na UFSC e a Apropriação dos Produtos das Pesquisas, incluída a Propriedade Intelectual” da área de Ciências Agrárias e Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca, compõe-se de 48 meses e um menor valor, de R\$ 22.777,78, com financiamento pela empresa privada TNS Nano.

Por conseguinte, o projeto “Métodos para Inativação Microbiana em Processos Industriais”, da área de Ciência e Tecnologia de Alimentos em Indústrias de Transformação, possui vigência de 45 meses e o maior orçamento entre esses projetos de pesquisa, no montante de R\$ 1.378.300,00, financiado pela BRF S.A.. A pesquisa intitulada “Estudo relativo à governança pública do SES da bacia de escoamento da Lagoa da Conceição” contempla um período de 24 meses no valor total de R\$ 147.000,00, também financiado pela CASAN. Já o projeto de pesquisa “Estudos para a Consolidação do Projeto do Sistema Integrado de Transporte Público Coletivo da Porção Continental da Região Metropolitana de Florianópolis” de 26 meses possui o valor de R\$ 670.190,24, financiado pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Florianópolis (SUDERF).

Compreende-se que montantes significativos de alguns projetos junto a instituições relevantes para a economia possuem ainda maior responsabilidade quanto à aderência aos objetivos da Agenda 2030. Segundo Martínez-Falcó, Marco-Lajara, Sánchez-García, & Millan-

Tudela (2023), o setor empresarial tem função importante, junto à aplicação das metas traçadas pelos ODS, na melhoria da economia, da sociedade e do meio ambiente. A conscientização acerca dos impactos ambientais e sociais das atividades econômicas tem aumentado, incluindo o governo e organizações empresariais que prestaram atenção a outros objetivos além dos lucros financeiros, como os objetivos comprometidos com a proteção ambiental e o desenvolvimento social (Rasolimanesh et al., 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou como objetivo analisar *accountability* dos projetos de pesquisa da Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) sob a ótica financeira e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por conseguinte, foram identificados 119 projetos de pesquisa junto à Universidade Federal de Santa Catarina e a FEESC com vigência no ano de 2022. Destes, cerca de 44%, possuíam pelo menos um ODS contemplado no desenvolvimento de sua pesquisa.

Os 52 projetos de pesquisa compõem um montante expressivo de cerca de R\$ 50 milhões de reais. Tais recursos mobilizam e agregam valor a pesquisa para a Universidade, trazendo benefícios às empresas e às instituições vinculadas, como BRF, CASAN, Embraco, Engie, Petrobras, entre outros, assim como para a sociedade em geral. Compreende-se nesse contexto o apoio das Fundações, como a FEESC, que realizam um relevante papel de agregar os ambientes acadêmicos aos profissionais.

Analisando-se a prestação de contas dos valores despendidos pelos projetos de pesquisa em 2022, verificou-se que do montante total de R\$ 7.794.578,83 cerca de 28% foi destinado às bolsas de pesquisas, tanto de alunos quanto de professores e servidores da UFSC. O site da FEESC disponibiliza todas as informações financeiras de forma transparente de seus projetos, em que para Rodríguez, Gutiérrez e Albarracín (2020) transparência e boa governança são necessários para alcançar a credibilidade social que permite a continuidade de uma organização do terceiro setor e a concretização dos seus objetivos.

De tal modo, se reconhece ainda nesta pesquisa que tais projetos estão vinculados e contribuem para os ODS. Realizando-se um panorama geral dos 52 projetos de pesquisa vigentes em 2022, identificou-se um total de 137 ações atendidas referentes aos ODS, de maneira a auxiliar no alcance do desenvolvimento sustentável proposto pela Agenda 2030 da Nações Unidas.

Por conseguinte, verifica-se que a *accountability* dos projetos de pesquisa vinculados à FEESC e UFSC possui relevantes informações financeiras para acompanhamento da prestação de contas dos valores despendidos nos projetos. Já quanto às informações qualitativas relacionadas aos ODS, necessitam de maior engajamento dos projetos para que ocorra o auxílio para o desenvolvimento sustentável proposto pelas Nações Unidas.

No entanto, reitera-se que apenas cinco projetos de pesquisa evidenciam estar alinhados com cinco objetivos ou mais da Agenda 2030, necessitando de maior discussão e engajamento nos projetos desenvolvidos. Para Sadiq et al. (2023) a implementação dos ODS por cada indivíduo, instituição, setor econômico, podem levar o país ao desenvolvimento sustentável com disponibilidade e consumo eficiente de recursos, prosperidade conjunta e um ambiente de trabalho saudável.

Quanto as limitações da pesquisa, compreende-se que a classificação quanto ao atendimento aos 17 ODS são realizadas pelos coordenadores (professores e/ou responsáveis) que desenvolvem qualquer ação ou projeto que envolvam a UFSC e a FEESC, assim como seus acadêmicos. De tal modo, tal limitação pode restringir a quantidade de ODS atendidos pelos projetos de pesquisa em sua totalidade. Reitera-se, também, que os projetos de extensão não

possuem a possibilidade de preenchimento no sistema SIGPEX quanto ao atendimento aos ODS.

Como sugestão à futuros trabalhos, tem-se a de verificar nos projetos de pesquisa que não possuíam no sistema SIGPEX a sua classificação por parte dos coordenadores as aderências aos ODS por meio de realização de uma pesquisa qualitativa, inclusive nos projetos de extensão. Sugere-se ainda a identificação dos pilares ESG (*Environmental, Social and Governance*) nesses projetos desenvolvidos junto à FEESC.

REFERÊNCIAS

Campello, L. G. B., & da Silveira, V. O. (2016). Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e o Greening das Universidades. *Revista Thesis Juris*, 5(2), 549-572.

Campos, A. M. (1990). Accountability: quando podemos traduzi-la para o português?. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 24(2), 30.

Cumbe, L. L.; Inácio, H. (2018). The impact of external audit on the accountability of the common fund of the Mozambique National Institute of Statistics. *Managerial Auditing Journal*, 33(6/7), p. 538-557.

FEESC - Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. (2023). *Institucional sobre a FEESC*. Recuperado de <https://www.feesc.org.br/site/?pg=sobre>.

FEESC – Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. (2022). *Relatório Anual de Gestão*. Recuperado de https://www.feesc.org.br/site/files/feesc/relatorios%20anuais/site/Relatorios/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Gest%C3%A3o_2022.pdf

Gianini, M. J. S. M. (2014). A universidade do século XXI. Recuperado de <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,artigo-a-universidade-do-seculo-21,115048>>.

Grazzioli, et, al. (2015). Manual de Procedimentos Para o Terceiro Setor: Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social, Brasília. Recuperado de https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Terceiro-Setor.pdf>.

Jepson, P. (2005). Governance and accountability of environmental NGOs. *Environ. Sci. Policy*, 8, 515–524.

Kronemberger, D. M. P. (2019). Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. *Ciência e cultura*, 71(1), 40-45.

Machado, A., Silva, C. C. D., Ritter Filho, J. A., Pereira, L. E., Simon, L. W., & Ramos, A. M. (2017). Análise dos projetos de ensino, pesquisa e extensão firmados pela UFSC com suas Fundações de Apoio no ano de 2015. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3(270).

Maiolino, E. Z. (2018). Accountability popular e os sistemas de governo. *Revista dos Tribunais*. 990(2018) 41 – 54.

- Margon, C. P. B., Kapoco, A. A., & Campos, G. M. (2023). Análise do Grau de Accountability de Organizações do Terceiro Setor atuantes no Brasil. *Revista de Administração de Roraima-RARR*, 13(1), 3.
- Martínez-Falcó, J., Marco-Lajara, B., Sánchez-García, E., & Millan-Tudela, L. A. (2023). Sustainable Development Goals in the Business Sphere: A Bibliometric Review. *Sustainability*, 15(6), 5075.
- Mauricio, N. M. M., Rodrigues, T. A. N. M., & Nunes, S. G. das C. (2019). Accountability: uma revisão sistemática da produção do EnANPAD e EnAPG. *Revista Cereus*, 11(1), p. 96 – 116.
- Nações Unidas. (2023). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
- Paes, J. E. S. (2004). *Fundações e Entidades de Interesse Social*. 5ª edição, Brasília, Brasília Jurídica.
- Peres Neto, L. (2014). Accountability, transparência e comunicação organizacional. In: XXIII *Encontro Anual da Compós*, Belém, 13, 1 – 14.
- Perez, O. C. (2014). Accountability nas organizações do terceiro setor. *Pensamento & Realidade*, 29(4), 18-18.
- Rasolimanesh, S. M., Ramakrishna, S., Hall, C. M., Esfandiar, K., & Seyfi, S. (2020). A systematic scoping review of sustainable tourism indicators in relation to the sustainable development goals. *Journal of Sustainable Tourism*, 7, 1–21. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1775621>.
- Rocha, J. C. (2012). O papel das Fundações de Apoio no contexto das universidades públicas no Brasil. *Âmbito Jurídico*, 100, p. 01-15.
- Rodrigues, A. S., Tondolo, V. A. G., Lunardi, G. L., & Brambilla, F. R. (2022). O efeito da adoção do accountability no contexto das organizações sem fins lucrativos: um experimento no Brasil. *Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)*, 13(3), 278-299.
- Rodríguez, C. O., Gutiérrez, A. L., & Albarracín, A. L. M. (2020). Transparency as a key element in accountability in non-profit organizations: A systematic literature review. *Sustainability*, 12(14), 5834.
- Sadiq, M., Ngo, T. Q., Pantamee, A. A., Khudoykulov, K., Thi Ngan, T., & Tan, L. P. (2023). The role of environmental social and governance in achieving sustainable development goals: evidence from ASEAN countries. *Economic research-Ekonomska istraživanja*, 36(1), 170-190.
- Salamon, L., Anheier, H. (1992). In search of the nonprofit sector I: the question of definitions. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Organizations*. 3(2), 125-151.

Serafim, M. P., & Leite, J. P. D. A. (2021). O papel das Universidades no alcance dos ODS no cenário do "pós"-pandemia. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 26, 343-346.

SIGPEX - Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão. (2023). *Consulta de Projetos*. Recuperado de <https://sigpex.sistemas.ufsc.br/publico/consultaSemSigilo.xhtml>.

Sustainable Development Report. (2022). *From Crisis to Sustainable Development: the SDGs as Roadmap to 2030 and Beyond*. Recuperado de <https://dashboards.sdgindex.org/static/profiles/pdfs/SDR-2022-brazil.pdf>.

Torres et. al. (2011) Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, 6(2).

Vergara, S. C. (2013). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 14. ed. São Paulo: Atlas.